



25 de Setembro 2008 e o novo quadro jurídico do Divórcio

Uma conferência parlamentar promovida pelo Partido Socialista sobre a versão revista da nova lei do divórcio teve um mérito clarificador, mostrou que o Parlamento aprovou mais uma lei que segue a generalidade os princípios definidos para uma sociedade moderna pelo Centro Europeu de Direito da

Família e que os ultrapassa. Na ânsia de ir na senda do que mais avançado se vai fazendo na Europa entra no experimentalismo social, sem avaliação prévia das consequências.

Com a preocupação de eliminar “a protecção patrimonial de mérito duvidoso”¹ introduz dois mecanismos que claramente vão desproteger as partes mais fracas e que, conforme a Prof. Katharina Boele-Woelki mostrou, divergem dos princípios recomendados até agora pela Comissão para um Direito da Família Europeu.

Preconizando com a eliminação da culpa a redução do contencioso, as alterações ao nível das compensações materiais e direitos patrimoniais, geraram soluções complexas de operar e que se poderão arrastar anos nos tribunais conforme o Juiz Rui Moreira teve oportunidade de alertar.

Aprovada mais uma lei imperfeita resta-nos a esperança que haja virtuosismo na sua aplicação.

Teresa Venda

¹ Nas palavras do Professor Guilherme de Oliveira